

Prefeitura do Município de Santana de Parnaíba do Estado de São Paulo

SANTANA DE PARNAÍBA-SP

- Diretor de Escola
- Supervisor de Ensino
- Vice-Diretor de Escola

Edital Nº 06/2018

AG074-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Prefeitura do Município de Santana de Parnaíba do Estado de São Paulo

Cargo: Diretor de Escola, Supervisor de Ensino e Vice-Diretor de Escola

(Baseado no Edital Nº 06/2018)

- Língua Portuguesa
- Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal
 - Legislação e Conhecimentos Pedagógicos
 - Conhecimentos Específicos

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina
Igor de Oliveira
Ana Luiza Cesário
Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira
Julia Antoneli
Leandro Filho

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

Interpretação de Texto.	01
Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras.	07
Ortografia Oficial.	70
Pontuação.	14
Acentuação.	74
Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações).	17
Concordância verbal e nominal.	55
Regência verbal e nominal.	60
Crase.	68

Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal

Lei Municipal nº 3.116, de 25 de maio de 2011 (Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal de Santana do Parnaíba e dá outras providências)	01
Lei Municipal nº 3.118, de 25 de maio de 2011 (Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério Público Municipal de Santana do Parnaíba e dá outras providências).	14

Legislação e Conhecimentos Pedagógicos

A educação escolar – atuais tendências e exigências.	01
Currículo e o pleno desenvolvimento do educando.	05
A construção de uma escola democrática e inclusiva.	16
A qualidade social da educação escolar e a educação para a diversidade numa perspectiva multicultural.	31
Relação professor-aluno, escola-comunidade.	36
A educação escolar como direito e dever do estado.	54
Financiamento da educação.	54
Concepções Filosóficas da Educação.....	55
Relação Educação – Sociedade – Cultura. Tendências pedagógicas na prática escolar. Planejamento, metodologia e avaliação do processo ensino/aprendizagem.	58

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008.	71
BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL –1988. (Artigos 5º, 6º; 205 a 214)	71
BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente-ECA.....	92
BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.	147
BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004.....	164
Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (anexo o Parecer CNE/CP nº 3/2004).....	164
BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (anexo o Parecer CNE/CEB nº 7/2010).....	166
BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (anexo o Parecer CNE/CP nº 8/2012)	176
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.	177
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo. Disponível em: \< http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/flash/5Convencao.ONU_2006.pdf >. Acesso em: 18 jul. 2013.6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.....	178
PERRENOUD, Philippe. “10 novas competências para ensinar”. Porto Alegre. Artmed.....	193

SUMÁRIO

PERRENOUD, Philippe. Formando Professores Profissionais, Porto Alegre. Artmed-Artes Médicas Sul, 2001 - Edição revisada.....	193
MOREIRA, Antonio Flávio B. (Org.) – Currículo – Questões atuais – Papyrus Editora.....	193
HOFFMANN, Jussara – Avaliação Mediadora – Editora Mediação – 2000.....	198
CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva com os Pingos nos Is. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.....	201
CORTELLA, Mário Sérgio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. Ed. São Paulo, Cortez, 2011.	206
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.....	216
LA TAILLE, Yves. DANTAS, Heloisa e OLIVEIRA, Marta Kohl de, Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 24. ed., São Paulo: Summus, 1992.....	221
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. UNESCO/Cortez Editora, cap. III e IV, p. 47-78, e cp. VI, 93 -104, 2000.	226
RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência. 20. ed., São Paulo: Cortez, 2011.	226
SACRISTÀN, J. Gimeno; PÉREZ GOMES, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.....	229
SAVIANI, Dermeval. Histórias das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas; Autores Associados, 2010.....	229
TEIXEIRA, Anísio. A escola pública universal e gratuita. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.26, n.64, out./dez. 1956. p. 3-27.	231
GROPPIA, Julio – Indisciplina na escola (alternativas, teóricas e práticas) Summus Editorial.....	236

Conhecimentos Específicos

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil- 3a ed. São Paulo: Moderna 2006.	01
BOURDIEU, Pierre. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de Educação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.	01
FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.	02
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 57a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.	03
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de Toschi; SEABRA, Mirza. Educação escolar: política, estrutura e organização. 10a ed. São Paulo: Cortez, 2012.	10
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1983.	12
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 17a ed. São Paulo: Cortez, 2005.	21
PARO, Vítor. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez, 2010.	25
PARO, Vítor. Diretor Escolar: educador ou gerente?. São Paulo: Cortez, 2015.	25
PARO, Vítor. Gestão Democrática da Escola Pública. 4a ed. São Paulo: Cortez, 2016.	26
VYGOTSKY, L. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.	26
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? In: Caderno Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281.	27
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. São Paulo: Papyrus, 1998.	28
MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e no ensino fundamental. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.	32
MARTINS, Lúgia Márcia. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições a luz da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.	32
SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Autores Associados, 1983.	32
SAVIANI, Dermeval. O papel do diretor de escola numa sociedade em crise. IN: Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica. Coleção Educação Contemporânea. 11a edição. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996, p.206 a 209.	34
SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.....	35

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários).	01
Sinônimos e antônimos.	07
Sentido próprio e figurado das palavras.	07
Pontuação.	14
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.	17
Concordância verbal e nominal.	55
Regência verbal e nominal.....	60
Colocação pronominal.....	66
Crase.....	68
Ortografia Oficial.....	70
Acentuação.	74

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS).

Sabemos que a “matéria-prima” da literatura são as palavras. No entanto, é necessário fazer uma distinção entre a linguagem literária e a linguagem não literária, isto é, aquela que não caracteriza a literatura.

Embora um médico faça suas prescrições em determinado idioma, as palavras utilizadas por ele não podem ser consideradas literárias porque se tratam de um vocabulário especializado e de um contexto de uso específico. Agora, quando analisamos a literatura, vemos que o escritor dispensa um cuidado diferente com a linguagem escrita, e que os leitores dispensam uma atenção diferenciada ao que foi produzido.

Outra diferença importante é com relação ao tratamento do conteúdo: ao passo que, nos textos não literários (jornalísticos, científicos, históricos, etc.) as palavras servem para veicular uma série de informações, o texto literário funciona de maneira a chamar a atenção para a própria língua (FARACO & MOURA, 1999) no sentido de explorar vários aspectos como a sonoridade, a estrutura sintática e o sentido das palavras.

Veja abaixo alguns exemplos de expressões na linguagem não literária ou “corriqueira” e um exemplo de uso da mesma expressão, porém, de acordo com alguns escritores, na linguagem literária:

Linguagem não literária:

- 1- Anoitece.
- 2- Teus cabelos loiros brilham.
- 3- Uma nuvem cobriu parte do céu. ...

Linguagem literária:

- 1- A mão da noite embrulha os horizontes. (Alvarenga Peixoto)
- 2- Os clarins de ouro dos teus cabelos cantam na luz! (Mário Quintana)
- 3- um sujo de nuvem emporcalhou o luar em sua nascente. (José Cândido de Carvalho)

Como distinguir, na prática, a linguagem literária da não literária?

- A linguagem literária é conotativa, utiliza figuras (palavras de sentido figurado), em que as palavras adquirem sentidos mais amplos do que geralmente possuem.
- Na linguagem literária há uma preocupação com a escolha e a disposição das palavras, que acabam dando vida e beleza a um texto.
- Na linguagem literária é muito importante a maneira original de apresentar o tema escolhido.

- A linguagem não literária é objetiva, denotativa, preocupa-se em transmitir o conteúdo, utiliza a palavra em seu sentido próprio, utilitário, sem preocupação artística. Geralmente, recorre à ordem direta (sujeito, verbo, complementos).

Leia com atenção os textos a seguir e compare as linguagens utilizadas neles.

Texto A

Amor (ô). [Do lat. amore.] S. m. 1. Sentimento que dispõe alguém a desejar o bem de outrem, ou de alguma coisa: amor ao próximo; amor ao patrimônio artístico de sua terra. 2. Sentimento de dedicação absoluta de um ser a outro ser ou a uma coisa; devoção, culto; adoração: amor à Pátria; amor a uma causa. 3. Inclinação ditada por laços de família: amor filial; amor conjugal. 4. Inclinação forte por pessoa de outro sexo, geralmente de caráter sexual, mas que apresenta grande variedade e comportamentos e reações.

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Nova Fronteira.

Texto B

Amor é fogo que arde sem se ver;
É ferida que dói e não se sente;
É um contentamento descontente;
é dor que desatina sem doer.

Lúis de Camões. Lírica, Cultrix.

Você deve ter notado que os textos tratam do mesmo assunto, porém os autores utilizam linguagens diferentes.

No texto A, o autor preocupou-se em definir “amor”, usando uma linguagem objetiva, científica, sem preocupação artística.

No texto B, o autor trata do mesmo assunto, mas com preocupação literária, artística. De fato, o poeta entra no campo subjetivo, com sua maneira própria de se expressar, utiliza comparações (compara amor com fogo, ferida, contentamento e dor) e serve-se ainda de contrastes que acabam dando graça e força expressiva ao poema (contentamento descontente, dor sem doer, ferida que não se sente, fogo que não se vê).

Questões

- 1-) Leia o trecho do poema abaixo.

O Poeta da Roça

Sou fio das mata, cantô da mão grosa
Trabaio na roça, de inverno e de estio
A minha chupana é tapada de barro
Só fumo cigarro de paia de mio.

Patativa do Assaré

A respeito dele, é possível afirmar que

(A) não pode ser considerado literário, visto que a linguagem aí utilizada não está adequada à norma culta formal.

(B) não pode ser considerado literário, pois nele não se percebe a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

(C) não é um texto consagrado pela crítica literária.

(D) trata-se de um texto literário, porque, no processo criativo da Literatura, o trabalho com a linguagem pode aparecer de várias formas: cômica, lúdica, erótica, popular etc

(E) a pobreza vocabular – palavras erradas – não permite que o consideremos um texto literário.

Leia os fragmentos abaixo para responder às questões que seguem:

TEXTO I

O açúcar

O branco açúcar que adoçará meu café
nesta manhã de Ipanema
não foi produzido por mim
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.

Vejo-o puro

e afável ao paladar

como beijo de moça, água

na pele, flor

que se dissolve na boca. Mas este açúcar

não foi feito por mim.

Este açúcar veio

da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira,
dono da mercearia.

Este açúcar veio

de uma usina de açúcar em Pernambuco

ou no Estado do Rio

e tampouco o fez o dono da usina.

Este açúcar era cana

e veio dos canaviais extensos

que não nascem por acaso

no regaço do vale.

Em lugares distantes, onde não há hospital
nem escola,

homens que não sabem ler e morrem de fome
aos 27 anos

plantaram e colheram a cana

que viraria açúcar.

Em usinas escuras,

homens de vida amarga

e dura

produziram este açúcar

branco e puro

com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.

Fonte: "O açúcar" (Ferreira Gullar. Toda poesia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, pp.227-228)

TEXTO II

A cana-de-açúcar

Originária da Ásia, a cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil pelos colonizadores portugueses no século XVI. A região que durante séculos foi a grande produtora de cana-de-açúcar no Brasil é a Zona da Mata nordestina, onde os férteis solos de massapé, além da menor distância em relação ao mercado europeu, propiciaram condições favoráveis a esse cultivo. Atualmente, o maior produtor nacional de cana-de-açúcar é São Paulo, seguido de Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Além de produzir o açúcar, que em parte é exportado e em parte abastece o mercado interno, a cana serve também para a produção de álcool, importante nos dias atuais como fonte de energia e de bebidas. A imensa expansão dos canaviais no Brasil, especialmente em São Paulo, está ligada ao uso do álcool como combustível.

2-) Para que um texto seja literário:

a) basta somente a correção gramatical; isto é, a expressão verbal segundo as leis lógicas ou naturais.

b) deve prescindir daquilo que não tenha correspondência na realidade palpável e externa.

c) deve fugir do inexacto, daquilo que confunda a capacidade de compreensão do leitor.

d) deve assemelhar-se a uma ação de desnudamento. O escritor revela, ao escrever, o mundo, e, em especial, revela o Homem aos outros homens.

e) deve revelar diretamente as coisas do mundo: sentimentos, ideias, ações.

3-) Ainda com relação ao textos I e II, assinale a opção incorreta

a) No texto I, em lugar de apenas informar sobre o real, ou de produzi-lo, a expressão literária é utilizada principalmente como um meio de refletir e recriar a realidade.

b) No texto II, de expressão não literária, o autor informa o leitor sobre a origem da cana-de-açúcar, os lugares onde é produzida, como teve início seu cultivo no Brasil, etc.

c) O texto I parte de uma palavra do domínio comum – açúcar – e vai ampliando seu potencial significativo, explorando recursos formais para estabelecer um paralelo entre o açúcar – branco, doce, puro – e a vida do trabalhador que o produz – dura, amarga, triste.

d) No texto I, a expressão literária desconstrói hábitos de linguagem, baseando sua recriação no aproveitamento de novas formas de dizer.

e) O texto II não é literário porque, diferentemente do literário, parte de um aspecto da realidade, e não da imaginação.

Gabarito

1-) D

2-) D – Esta alternativa está correta, pois ela remete ao caráter reflexivo do autor de um texto literário, ao passo em que ele revela às pessoas o "seu mundo" de maneira peculiar.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Municipal nº 3.116, de 25 de maio de 2011 (Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal de Santana do Parnaíba e dá outras providências)	01
Lei Municipal nº 3.118, de 25 de maio de 2011 (Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério Público Municipal de Santana do Parnaíba e dá outras providências).	14

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 3.116, DE 25 DE MAIO DE 2011 (DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SANTANA DO PARNAÍBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)

LEI Nº 3116, DE 25 DE MAIO DE 2011

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SANTANA DO PARNAÍBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO ROBERTO CAVALCANTI PECCIOLI, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Capítulo I DOS PRINCÍPIOS E DA ABRANGÊNCIA

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Estatuto do Quadro do Magistério Público Municipal de Santana de Parnaíba, em conformidade com os artigos 206 e 211 da Constituição Federal e legislação federal correlata.

Parágrafo Único - Aplicam-se as normas desta Lei aos Profissionais do Magistério que exercem a docência e as atividades de suporte pedagógico no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Santana de Parnaíba, vinculados ao Quadro do Magistério Público Municipal, e, subsidiariamente, aquelas definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Capítulo II DOS CONCEITOS BÁSICOS

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Profissional do Magistério: titular de cargo efetivo ou função de confiança do Quadro do Magistério Público Municipal, da Classe de Docentes ou de Especialistas de Educação; (Redação dada pela Lei nº 3712/2018)

II - Quadro do Magistério Público Municipal: o conjunto de cargos efetivos e funções de confiança destinados à docência e ao suporte pedagógico à Educação Básica, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos; (Redação dada pela Lei nº 3712/2018)

III - Cargo: unidade laborativa com denominação própria, criada por lei, com número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de um conjunto de atribuições e responsabilidades, provido mediante concurso público;

IV (Revogado pela Lei nº 3712/2018)

V - Função de Confiança: unidade laborativa com denominação própria, criada por lei, com número certo, que implica no desempenho, pelo seu titular, de um conjunto de atribuições e responsabilidades, privativa de servidor público designado pelo Prefeito Municipal;

VI - Docente: o servidor do Quadro do Magistério Público Municipal, com funções de docência, titular do cargo de Professor da Educação Básica I, Professor da Educação Básica II ou Professor Adjunto;

VII - Especialistas de Educação: integrante do Quadro do Magistério Público Municipal com atribuições de suporte técnico-pedagógico à docência, voltadas à administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

VIII - Classe: agrupamento de cargos e funções com a mesma natureza de atribuições, podendo ser de Docentes ou de Especialistas de Educação;

IX - Concurso Público: procedimento administrativo consubstanciado em um processo de recrutamento e seleção, de natureza competitiva, seletiva, eliminatória e classificatória, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação aplicável e edital específico;

X - Sistema Municipal de Ensino: conjunto de órgãos e entidades que regulam e operam os serviços educacionais no Município, organizados e estruturados pela Lei nº 2.100, de 14 de agosto de 1998;

XI - Rede de Ensino: conjunto de órgãos e unidades escolares que realizam atividades de educação sob a gestão e coordenação direta da Secretaria de Educação do Município, em cumprimento à legislação educacional;

XII - Docência: atividades de ensino caracterizadas pela relação direta com alunos em ambiente sócio-organizacional de aprendizagem;

XIII - Habilitação Específica: qualificação mínima de ensino médio na modalidade normal ou em curso de licenciatura, de graduação plena, necessária ao desempenho de atividades de docência em classes, aulas de disciplinas específicas ou de suporte pedagógico à docência, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e regulamentos expedidos pelos órgãos competentes do sistema educacional;

XIV - Campo de Atuação: etapa da educação básica em que os profissionais da educação básica exercem suas funções;

XV - Módulo de Profissionais do Magistério: quantidade de cargos e funções de confiança previstos e necessários para o exercício da docência e de funções de suporte pedagógico, relacionada à complexidade da unidade escolar;

XVI - Atribuição de Classes e Aulas: processo realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação em todas as unidades escolares, para organizar o regime de trabalho dos Docentes e garantir o atendimento à demanda, efetivamente matriculada na rede de ensino municipal;

XVII - Substituição eventual: exercício temporário da docência, em classe que não lhe foi atribuída, quando o docente titular faltar ou estiver afastado ou de licença por até 30 dias, ou em caso de vacância quando a substituição não ultrapassar 30 dias;

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

XVIII - Substituição temporária: exercício temporário da docência, em classe que não lhe foi atribuída, quando o docente titular estiver afastado ou de licença superior a 30 dias ou em caso de vacância quando a substituição ultrapassar 30 dias.

Parágrafo Único - Além dos conceitos previstos nos incisos deste artigo, esta Lei adota os conceitos técnicos definidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

TÍTULO II DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL Capítulo I DA COMPOSIÇÃO E DO CAMPO DE ATUAÇÃO

Art. 3º O Quadro do Magistério Público Municipal, aprovado pelo Anexo I desta Lei, é constituído de cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança, todos regidos pelas disposições desta Lei, organizados em classes:

I - Classe de Docentes, composta pelos cargos efetivos de:

a) Professor de Educação Básica I (PEB-I): com atribuições de docência na Educação Infantil, no Ciclo I do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos;

b) Professor de Educação Básica II (PEB-II): com atribuições de docência em classes da Educação Especial e disciplinas específicas da Educação Infantil, dos Ciclos I e II do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos;

c) Professor Adjunto: com atribuições de execução dos projetos da Secretaria Municipal de Educação nas unidades escolares, de apoio aos docentes da Educação Básica, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos e de substituição de Docentes.

II - Classe de Especialistas de Educação, composta por:

a) Cargos efetivos: (Redação dada pela Lei nº 3712/2018)

1 - Diretor de Escola: com atribuições de gestão do quadro de pessoal e planejamento, monitoramento e execução dos processos administrativos e educacionais nas unidades escolares municipais de Educação Básica, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos;

2. Vice-Diretor de Escola: com atribuições de assistência, gestão dos processos administrativos e gestão da unidade escolar; (Redação dada pela Lei nº 3712/2018)

3 - Supervisor de Ensino: com atribuições de assessoria às ações de melhoria do Sistema Municipal de Ensino e de supervisão do ensino nos termos da legislação educacional vigente

(Revogado pela Lei nº 3712/2018)

b) Função de Confiança de Coordenador Pedagógico: com atribuições de orientação e coordenação pedagógica das unidades que atendem à Educação Infantil e o Ensino Fundamental, incluindo as de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos e na coordenação dos projetos que integram a proposta pedagógica da escola.

Art. 4º As atribuições dos Profissionais do Magistério estão definidas no Anexo II desta Lei.

Capítulo II DO INGRESSO

Art. 5º O ingresso na Classe de Docente e de Especialistas de Educação se dará mediante concurso público de provas e títulos, que definirá as vagas e correspondente classificação por campo de atuação, conforme as exigências do Anexo II. (Redação dada pela Lei nº 3712/2018)

§ 1º As normas gerais para a realização de concurso público, a aprovação e a indicação de candidatos serão estabelecidos em conjunto pela Secretaria Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Administração, na forma de Edital, que definirão os critérios de seleção e de preenchimento do Quadro do Magistério Público Municipal.

§ 2º Para fins de definição de vagas voltadas às disciplinas da parte diversificada do currículo da Educação Básica, a Secretaria Municipal de Educação poderá somar as horas necessárias para as aulas de mais de uma unidade escolar.

Art. 6º A convocação de candidatos aprovados em novo concurso público fica condicionada à inexistência de candidatos aprovados durante período de validade de concurso anterior.

Art. 7º O concurso público será homologado pelo Chefe do Executivo, publicando-se a relação dos classificados em ordem decrescente, na imprensa local.

§ 1º O prazo de validade do concurso público será de 2 (dois) anos, prorrogável uma vez por igual período, a critério da administração.

§ 2º A prorrogação de que trata este artigo somente poderá ser feita no prazo de validade do respectivo concurso público.

Art. 8º O ingresso se dará respeitando rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos e o número de vagas disponíveis por campo de atuação, sendo a escolha de vagas realizada em seção pública.

Capítulo III DA REMOÇÃO

Art. 9º A remoção dos Docentes ocorrerá nas seguintes modalidades:

I - "ex officio";

II - concurso interno; ou

III - permuta.

§ 1º A remoção «ex officio» se dará de forma motivada sempre que houver interesse da administração.

§ 2º A remoção por concurso interno e por permuta se dará em processos anuais, em período a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10 O processo anual de remoção dos docentes será regulamentado pela Secretaria Municipal de Educação, sendo obrigatório observar:

I - na remoção devem ser respeitados os respectivos campos de atuação e habilitações específicas;

II - a remoção deve preceder a convocação de candidatos aprovados em concurso público;

III - as decisões relativas à remoção serão tomadas pela Comissão de Remoção e de Atribuição de Classes e Aulas.

LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

A educação escolar – atuais tendências e exigências.	01
Currículo e o pleno desenvolvimento do educando.	05
A construção de uma escola democrática e inclusiva.	16
A qualidade social da educação escolar e a educação para a diversidade numa perspectiva multicultural.	31
Relação professor-aluno, escola-comunidade.	36
A educação escolar como direito e dever do estado.	54
Financiamento da educação.	54
Concepções Filosóficas da Educação.	55
Relação Educação – Sociedade – Cultura. Tendências pedagógicas na prática escolar. Planejamento, metodologia e avaliação do processo ensino/aprendizagem.	58

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008.	71
BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL –1988. (Artigos 5º, 6º; 205 a 214)	71
BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente-ECA.....	92
BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.	147
BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004.....	164
Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (anexo o Parecer CNE/CP nº 3/2004).....	164
BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (anexo o Parecer CNE/CEB nº 7/2010).....	166
BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (anexo o Parecer CNE/CP nº 8/2012)	176
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.	177
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo. Disponível em: \< http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/flash/5Convencao.ONU_2006.pdf >. Acesso em: 18 jul. 2013.6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009	
Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	178
PERRENOUD, Philippe. “10 novas competências para ensinar”. Porto Alegre. Artmed.....	193
PERRENOUD, Philippe. Formando Professores Profissionais, Porto Alegre. Artmed-Artes Médicas Sul, 2001 - Edição revisada.....	193
MOREIRA, Antonio Flávio B. (Org.) – Currículo – Questões atuais – Papirus Editora.....	193
HOFFMANN, Jussara – Avaliação Mediadora – Editora Mediação – 2000.....	198
CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva com os Pingos nos Is. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.....	201
CORTELLA, Mário Sérgio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. Ed. São Paulo, Cortez, 2011.	206
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.....	216
LA TAILLE, Yves. DANTAS, Heloisa e OLIVEIRA, Marta Kohl de, Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 24. ed., São Paulo: Summus, 1992.....	221
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. UNESCO/Cortez Editora, cap. III e IV, p. 47-78, e cp. VI, 93 -104, 2000.	226
RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência. 20. ed., São Paulo: Cortez, 2011.	226
SACRISTÀN, J. Gimeno; PÉREZ GOMES, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.....	229
SAVIANI, Dermeval. Histórias das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas; Autores Associados, 2010.....	229
TEIXEIRA, Anísio. A escola pública universal e gratuita. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.26, n.64, out./dez. 1956. p. 3-27.	231
GROPPA, Julio – Indisciplina na escola (alternativas, teóricas e práticas) Summus Editorial.	236

A EDUCAÇÃO ESCOLAR – ATUAIS TENDÊNCIAS E EXIGÊNCIAS.

O papel da escola / função social da escola

A sociedade tem avançado em vários aspectos, e mais do que nunca é imprescindível que a escola acompanhe essas evoluções, que ela esteja conectada a essas transformações, falando a mesma língua, favorecendo o acesso ao conhecimento que é o assunto crucial a ser tratado neste trabalho.

É importante refletirmos sobre que tipo de trabalho temos desenvolvido em nossas escolas e qual o efeito, que resultados temos alcançado. Qual é na verdade a função social da escola? A escola está realmente cumprindo ou procurando cumprir sua função, como agente de intervenção na sociedade? Eis alguns pressupostos a serem explicitados nesse texto. Para se conquistar o sucesso se faz necessário que se entenda ou e que tenha clareza do que se quer alcançar, a escola precisa ter objetivos bem definidos, para que possa desempenhar bem o seu papel social, onde a maior preocupação – o alvo deve ser o crescimento intelectual, emocional, espiritual do aluno, e para que esse avanço venha fluir é necessário que o canal (escola) esteja desobstruído.

A Escola no Passado

A escola é um lugar que oportuniza, ou deveria possibilitar as pessoas à convivência com seus semelhantes (socialização). As melhores e mais conceituadas escolas pertenciam à rede particular, atendendo um grupo elitizado, enquanto a grande maioria teria que lutar para conseguir uma vaga em escolas públicas com estrutura física e pedagógicas deficientes.

O país tem passado por mudanças significativas no que se refere ao funcionamento e acesso da população brasileira ao ensino público, quando em um passado recente era privilégio das camadas sociais abastadas (elite) e de preferência para os homens, as mulheres mal apareciam na cena social, quando muito as únicas que tinham acesso à instrução formal recebiam alguma iniciação em desenho e música.

Atuação da equipe pedagógica – coordenação

A política de atuação da equipe pedagógica é de suma importância para a elevação da qualidade de ensino na escola, existe a necessidade urgente de que os coordenadores pedagógicos não restrinjam suas atribuições somente à parte técnica, burocrática, elaborar horários de aulas e ainda ficarem nos corredores da escola procurando conter a indisciplina dos alunos que saem das salas durante as aulas, enquanto os professores ficam necessitados de acompanhamento. A equipe de suporte pedagógico tem

papel determinante no desempenho dos professores, pois dependendo de como for a política de trabalho do coordenador o professor se sentirá apoiado, incentivado. Esse deve ser o trabalho do coordenador: incentivar, reconhecer, e elogiar os avanços e conquistas, em fim o sucesso alcançado no dia a dia da escola e consequentemente o desenvolvimento do aluno em todos os âmbitos.

Compromisso social do educador

Ao educador compete a promoção de condições que favoreçam o aprendizado do aluno, no sentido do mesmo compreender o que está sendo ministrado, quando o professor adota o método dialético; isso se torna mais fácil, e essa precisa ser a preocupação do mesmo: facilitar a aprendizagem do aluno, aguçar seu poder de argumentação, conduzir às aulas de modo questionador, onde o aluno- sujeito ativo estará também exercendo seu papel de sujeito pensante; que dá ótica construtivista constrói seu aprendizado, através de hipóteses que vão sendo testadas, interagindo com o professor, argumentando, questionando em fim trocando ideias que produzem inferências.

O planejamento é imprescindível para o sucesso cognitivo do aluno e êxito no desenvolvimento do trabalho do professor, é como uma bússola que orienta a direção a ser seguida, pois quando o professor não planeja o aluno é o primeiro a perceber que algo ficou a desejar, por mais experiente que seja o docente, e esse é um dos fatores que contribuem para a indisciplina e o desinteresse na sala de aula. É importante que o planejar aconteça de forma sistematizada e contextualizado com o cotidiano do aluno – fator que desperta seu interesse e participação ativa.

Um planejamento contextualizado com as especificidades e vivências do educando, o resultado será aulas dinâmicas e prazerosas, ao contrário de uma prática em que o professor cita somente o número da página e alunos abrem seus livros é feito uma explicação superficial e dá-se por cumprido a tarefa da aula do dia, não houve conversa, dialética, interação.

Ação do gestor escolar

A cultura organizacional do gestor é decisiva para o sucesso ou fracasso da qualidade de ensino da escola, a maneira como ele conduz o gerenciamento das ações é o foco que determinará o sucesso ou fracasso da escola. De acordo com Libâneo (2005), características organizacionais positivas eficazes para o bom funcionamento de uma escola: professores preparados, com clareza de seus objetivos e conteúdos, que planejem as aulas, cativem os alunos.

Um bom clima de trabalho, em que a direção contribua para conseguir o empenho de todos, em que os professores aceitem aprender com a experiência dos colegas.

Clareza no plano de trabalho do Projeto pedagógico-curricular que vá de encontro às reais necessidades da escola, primando por sanar problemas como: falta de professores, cumprimento de horário e atitudes que assegurem a seriedade, o compromisso com o trabalho de ensino e aprendizagem, com relação a alunos e funcionários.

Quando o gestor, com seu profissionalismo conquista o respeito e admiração da maioria de seus funcionários e alunos, há um clima de harmonia que predispõe a realização de um trabalho, onde, apesar das dificuldades, os professores terão prazer em ensinar e alunos prazer em aprender.

Função Social da Escola

A escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes, e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem.

Eis o grande desafio da escola, fazer do ambiente escolar um meio que favoreça o aprendizado, onde a escola deixe de ser apenas um ponto de encontro e passe a ser, além disso, encontro com o saber com descobertas de forma prazerosa e funcional, conforme Libâneo (2005) devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos.

A escola deve oferecer situações que favoreçam o aprendizado, onde haja sede em aprender e também razão, entendimento da importância desse aprendizado no futuro do aluno. Se ele compreender que, muito mais importante do que possuir bens materiais, é ter uma fonte de segurança que garanta seu espaço no mercado competitivo, ele buscará conhecer e aprender sempre mais.

Analisando os resultados da pesquisa de campo (questionário) observamos que os jovens da turma analisada não possuem perspectivas definidas quanto à seriedade e importância dos estudos para suas vidas profissional, emocional, afetiva. A maioria não tem hábito de leitura, frequenta pouquíssimo a biblioteca, outros nunca foram lá. A escola é na verdade um local onde se encontram, conversam e até namoram. Há ainda, a questão de a família estar raramente na escola, não existe parceria entre a escola e família, comunidade a escola ainda tem dificuldades em promover ações que tragam a família para ser aliadas e não rivais, a família por sua vez ainda não concebeu a ideia de que precisa estar incluída no processo de ensino e aprendizagem independente de seu nível de escolaridade, de acordo com Libâneo (2005), "o grande desafio é o de incluir, nos padrões de vida digna, os milhões de indivíduos excluídos e sem condições básicas para se constituírem cidadãos participantes de uma sociedade em permanente mutação".

Políticas que fortaleçam laços entre comunidade e escola é uma medida, um caminho que necessita ser trilhado, para assim alcançar melhores resultados. O aluno é parte da escola, é sujeito que aprende que constrói seu saber, que direciona seu projeto de vida, assim sendo a escola lida com pessoas, valores, tradições, crenças, opções e precisa estar preparada para enfrentar tudo isso.

Informar e formar precisa estar entre os objetivos explícitos da escola; desenvolver as potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, e isso por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores), fará com que se tornem cidadãos participantes na sociedade em que vivem.

Uma escola voltada para o pleno desenvolvimento do educando valoriza a transmissão de conhecimento, mas também enfatiza outros aspectos: as formas de convivência entre as pessoas, o respeito às diferenças, a cultura escolar. (Progestão 2001).

Ao ouvir depoimentos de alunos que afirmaram que a maioria das aulas são totalmente sem atrativos, professores chegam à sala cansados, desmotivados, não há nada que os atraem a participarem, que os desafiem a querer aprender. É importante ressaltar a importância da unidade de propostas e objetivos entre os coordenadores e o gestor, pois as duas partes falando a mesma linguagem o resultado será muito positivo que terá como fruto a elevação da qualidade de ensino.

Contudo, partindo do pressuposto de que a escola visa explicitamente à socialização do sujeito é necessário que se adote uma prática docente lúdica, uma vez que ela precisa estar em sintonia com o mundo, a mídia que oferece: informatização e dinamismo.

Considerando a leitura, a pesquisa e o planejamento ferramentas básicas para o desenvolvimento de um trabalho eficaz, e ainda fazendo uso do método dialético, o professor valoriza as teses dos alunos, cultivando neles a autonomia e autoestima o que conseqüentemente os fará ter interesse pelas aulas e o espaço escolar então deixará de ser apenas ponto de encontro para ser também lugar de crescimento intelectual e pessoal.

Para que a escola exerça sua função como local de oportunidades, interação e encontro com o outro e o saber, para que haja esse paralelo tão importante para o sucesso do aluno o bom desenvolvimento das atribuições do coordenador pedagógico tem grande relevância, pois a ele cabe organizar o tempo na escola para que os professores façam seus planejamentos e ainda que atue como formador de fato; sugerindo, orientando, avaliando juntamente os pontos positivos e negativos e nunca se esquecendo de reconhecer, elogiar, estimular o docente a ir em frente e querer sempre melhorar, ir além.

O fato de a escola ser um elemento de grande importância na formação das comunidades torna o desenvolvimento das atribuições do gestor um componente crucial, é necessário que possua tendência crítico-social, com visão de empreendimento, para que a escola esteja acompanhando as inovações, conciliando o conhecimento técnico à arte de disseminar ideias, de bons relacionamentos interpessoais, sobretudo sendo ético e democrático. Os coordenadores por sua vez precisam assumir sua responsabilidade pela qualidade do ensino, atuando como formadores do corpo docente, promovendo momentos de trocas de experiências e reflexão sobre a prática pedagógica, o que trará bons resultados na resolução de problemas cotidianos, e ainda fortalece a qualidade de ensino, contribui para o resgate da autoestima do professor, pois o mesmo precisa se libertar de práticas não funcionais, e para isso a contribuição do coordenador será imprescindível, o que resultará no crescimento intelectual dos alunos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Diretor de Escola, Supervisor de Ensino e Vice-Diretor de Escola

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil- 3a ed. São Paulo: Moderna 2006.	01
BOURDIEU, Pierre. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de Educação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.	01
FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.	02
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 57a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.	03
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de Toschi; SEABRA, Mirza. Educação escolar: política, estrutura e organização. 10a ed. São Paulo: Cortez, 2012.	10
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1983.	12
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 17a ed. São Paulo: Cortez, 2005.	21
PARO, Vitor. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez, 2010.	25
PARO, Vitor. Diretor Escolar: educador ou gerente?. São Paulo: Cortez, 2015.	25
PARO, Vitor. Gestão Democrática da Escola Pública. 4a ed. São Paulo: Cortez, 2016.	26
VYGOTSKY, L. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.	26
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? In: Caderno Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281.	27
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. São Paulo: Papyrus, 1998.	28
MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e no ensino fundamental. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.	32
MARTINS, Lígia Márcia. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições a luz da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.	32
SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Autores Associados, 1983.	32
SAVIANI, Dermeval. O papel do diretor de escola numa sociedade em crise. IN: Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica. Coleção Educação Contemporânea. 11a edição. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996, p.206 a 209.	34
SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.	35

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Diretor de Escola, Supervisor de Ensino e Vice-Diretor de Escola

ARANHA, MARIA LÚCIA DE ARRUDA. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DA PEDAGOGIA: GERAL E BRASIL- 3ª ED. SÃO PAULO: MODERNA 2006.

Esse texto é o capítulo 10 do livro "História da educação e da pedagogia" de Maria Lucia de Arruda Aranha. Em seu livro ela traz uma perspectiva da educação e da pedagogia na história da humanidade, e com isso nos dá uma visão geral de como os sistemas educacionais vieram a ser o que são hoje.

O texto, que tem por título "educação para democracia", fala sobre a educação e seus sistemas na contemporaneidade, aborda também como ela recebeu influência de várias correntes políticas e ideológicas nesse período histórico. A autora traz, logo de início, um apanhado histórico para descrever como estava se comportando a sociedade nesse período, que ela identifica a partir de 1789 até a atualidade.

Segundo a autora o contexto histórico, neste período chamado de contemporâneo, é marcado por grandes conflitos, como por exemplo, 1ª e 2ª guerra mundial, guerra fria e os movimentos de contracultura; esses acontecimentos caracterizam uma sociedade complexa e cada vez mais diversificada. Essa sociedade, com crescente grau de complexidade, exige um novo tipo de escola que supra a necessidade de um ensino menos universal e com muita singularidade.

Maria Lucia fala sobre a que uma das grandes mudanças na forma de se pensar educação nessa época, foi de uma "rede" tecida entre educação e sociedade, mostrando que a educação não só é um lugar para transmissão de conteúdo, mas uma ambiente para socialização do aluno, formação e manutenção de ideologias. Outro fator foi da dicotomia que existiu até hoje, entre a orientação educacional para o trabalho e a humanista e a relação que criada entre a pedagogia com a psicologia, a sociologia, a antropologia, a linguística e outras ciências modernas.

A proposta de uma escola pública leiga, gratuita e obrigatória é tomada com, mas vigor na era contemporânea, devido a grande exigência das indústrias e do crescimento demográfico. Aranha também nos fala sobre o surgimento da escola nova, que vem com a proposta de superar a escola tradicional excessivamente rígida, "magistrocêntrica" e que ainda utilizava o sistema de memorização dos conteúdos. O escolanovismo focava em um ensino integral, e valoriza jogos, exercícios físicos, práticas de desenvolvimento da motricidade em fim pretendendo desenvolver diversas atividades.

Maria Lucia nos mostra também em sua obra, que muitos sistemas políticos percebendo também essa integração educação sociedade utilizaram a educação para estrutura e consolidar suas ideologias e seus sistemas sociais. Como destaque nesse quadro tem o governo soviético, o os demais países socialistas; e nada mais nada menos que os governos totalitários do nazismo e fascismo. Esses governos investiram em um foco educacional, que se baseava

no poder do estado, na supervalorização de seus sistemas políticos; enquanto a Escola Nova trabalha com um ensino para liberdade, construção da sociedade democrática, a escola nesses governos investia no inverso, em retrocesso.

A autora termina seu texto alertando-nos para um ensino hoje, defendendo um ensino que desperte o senso crítico e consciente. Nos mostra também o quadro do ensino pós-moderno onde educação e tecnologia andam de mãos dadas. Esse texto de Aranha nos leva a reflexão do caminhar das formas de educação que encontramos hoje, seus pontos positivos e seus pontos negativos, e nos alerta a tomarmos mais cuidado e prestarmos mais atenção, a escola não é só um ambiente de aprendizagem de um conteúdo programático e teórico, mais um local onde se molda a sociedade que nos substituirá em futuro próximo.

Fonte: <https://www.recantodasletras.com.br/rese-nhasdelivros/3392880>

BOURDIEU, PIERRE. A ESCOLA CONSERVADORA: AS DESIGUALDADES FRENTE À ESCOLA E À CULTURA. IN NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. ESCRITOS DE EDUCAÇÃO. 2ª ED. PETRÓPOLIS: VOZES, 1999.

Nesse artigo, Bourdieu procura identificar e detalhar a ação dos mecanismos objetivos de seleção cultural e social utilizados pela escola, instituição vista como uma instância cuja finalidade implícita seria a de manter o "status quo" e legitimar as desigualdades sociais e culturais existentes fora dela. Tal legitimação se daria mediante um processo no qual as desigualdades sociais e culturais entre as classes viriam a ser convertidas na escola em desigualdades de desempenho escolar.

Segundo o autor, a herança cultural dos alunos oriundos das classes sociais dominantes teria um papel preponderante no que tange a seu "sucesso escolar", na medida em que suas práticas ("habitus") e concepções ("ethos") a respeito da cultura escolar (as quais incluiriam também um conhecimento privilegiado a respeito dos rituais e da dinâmica de funcionamento da escola) viriam a constituir um "capital cultural" específico (escolar), o qual, mediante o contato com a cultura escolar viria a aumentar progressivamente em função do tempo de permanência na escola, pois tais alunos seriam submetidos a uma "dupla imersão" (nos âmbitos familiar e escolar) em sua própria cultura, considerada legítima pela escola dada a afinidade entre sua cultura e a cultura das classes dominantes. De maneira inversa, os alunos oriundos de classes sociais não-dominantes encontrariam vários obstáculos ao seu sucesso escolar (chegando em alguns casos até a se constituírem em impedimentos), pois devido ao fato de não terem familiaridade com a cultura escolar em seu contexto familiar e não possuírem o "habitus" valorizado pela escola, teriam muito menos possibilidades de obter tal sucesso na medida em que a escola viria a selecionar justamente os alunos detentores de maior similaridade com sua cultura.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Diretor de Escola, Supervisor de Ensino e Vice-Diretor de Escola

Todo esse processo contaria com a adesão (nem sempre tácita) dos educadores à cultura aristocrática, na medida em que estes elaborariam e implementariam métodos pedagógicos voltados para “o desenvolvimento dos dons” (dons estes que consistiriam numa combinação entre o “ethos” da valorização da prática escolar e o “habitus” condizente com as práticas culturais escolares encontrado nas classes dominantes), tornando assim possível o reconhecimento dos “mais aptos”, os quais devido às vantagens anteriormente mencionadas, geralmente pertenceriam às classes dominantes. Tensionando essa questão no sentido da avaliação escolar, Bourdieu entende os procedimentos avaliativos como sendo estruturados em torno de: “(...)uma cultura aristocrática e sobretudo uma relação aristocrática com a cultura, que o sistema de ensino transmite e exige (p. 55)”.

Concluindo, com base nos elementos indicados ao longo do artigo, o autor indica que a escola, ao contrário do que é afirmado pelas ideologias defensoras da igualdade de oportunidades mediada pela escola, essa instituição teria na realidade um papel de suma importância na manutenção das desigualdades sociais e culturais, na medida em que, mesmo ampliando o acesso das classes não-dominantes à escola, devido aos mecanismos de seleção social e cultural contidos em seu interior, esta continuaria a frustrar o êxito desses alunos, enquanto consagraria os esforços daqueles pertencentes às classes dominantes.

**FERREIRA, NAURA SYRIA CARAPETO (ORG).
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO:
ATAIS TENDÊNCIAS, NOVOS DESAFIOS. 8ª
ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2013.**

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO ATAIS TENDÊNCIAS, NOVOS DESAFIOS

O livro “Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios”, sob a organização de Naura Syria Carapeto Ferreira, atinge com destaque a sua sexta edição, constituindo-se em um importante referencial de leitura no campo da política e gestão da educação. É resultante da contribuição de seis renomados autores, que abordam com propriedade questões candentes da educação na contemporaneidade, especificamente, os desafios e as atuais tendências do processo de democratização da gestão escolar e das políticas de formação.

O primeiro capítulo versa sobre a autonomia e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. João Barroso contempla-nos com o estudo que apresenta a fundamentação de propostas para a implementação de um programa de reforço da autonomia escolar. Neste texto discute o conceito de “territorialização das políticas educativas” situando-o no contexto da crise de governabilidade do sistema de ensino, ocorrida em muitos países europeus, e enquadrada como

a teoria do governo sobrecarregado. A territorialização é concebida como “um fenômeno essencialmente político e que implica um conjunto de opções que têm por pano de fundo um conflito de legitimidade entre o Estado e a sociedade, entre o público e o privado, entre o interesse comum e os interesses individuais, entre o central e o local” (p. 14). Nessa perspectiva, é também entendida como processo de apropriação, por uma determinada comunidade, de diversos espaços sociais objetivando: contextualizar e localizar políticas e ação educativas em contraposição à homogeneidade das normas e dos processos; conciliar interesses públicos e privados; redefinir no processo de elaboração e execução das políticas a participação dos atores na perspectiva da lógica de implicação; transpor a relação de autoridade baseada no “controle vertical”, exercido de maneira monopolista e hierárquica pelo Estado, para uma relação contratual, negociada e fundamentada no processo de “... desmultiplicação e ‘horizontalização’ dos controles (centrais e locais)”. (p. 16). Com base nesses pressupostos Barroso elabora um programa de reforço da autonomia das escolas portuguesas, entendendo a autonomia como um conceito relacional.

O segundo capítulo aborda as mudanças no mundo do trabalho e os novos desafios para a gestão da educação. Acácia Zeneida Kuenzer contempla-nos com um estudo sobre os impactos da globalização da economia e das novas estratégias de gestão sobre a educação, especificamente, versa sobre os impactos nas políticas educacionais e curriculares. Com base nas pesquisas desenvolvidas na região metropolitana de Curitiba/PR e em alguns parques produtivos direcionados ao ramo eletromecânico busca identificar as correlações/mediações entre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e as novas demandas para a educação e para gestão das instituições escolares. Argumenta ser possível estabelecer os primeiros delineamentos de uma pedagogia do trabalho que se desenvolve no cerne das novas relações econômico-produtivas e sociais visando à compreensão desta nova pedagogia escolar determinada pelas mudanças no mundo do trabalho. Nessa perspectiva Kuenzer (p. 56) incita-nos à reflexão e à construção de uma “escola comprometida com os trabalhadores e os excluídos”, tomando “como referência as positivities presentes nas mudanças que ocorrem no mundo do trabalho” rompendo-se com a racionalidade meramente financeira, a fim de construir um novo projeto pedagógico na perspectiva emancipatória.

O terceiro capítulo aborda os conceitos de participação e da gestão escolar, discutindo suas potencialidades. Os autores Gustavo Luis Gutierrez e Afrânio Catani objetivam apresentar um panorama atual das questões emergentes no campo da gestão democrática, da participação e da autogestão. Nesse texto, primeiramente focalizam a questão conceitual apresentando-nos uma descrição aprofundada sobre as alternativas organizacionais participativas nos diferentes contextos. Em seguida apresentam reflexões sobre a gestão participativa das universidades públicas paulistas (USP, Unesp e Unicamp), mencionando suas especificidades e as correlações entre as formas de participação e a